

ACESSIBILIDADE ATITUDINAL E INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM TUTORIAS PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA

MAYARA OLIVEIRA AVILA¹

LIANA BARCELOS PORTO²:

¹Universidade Federal de Pelotas – maay.oliveira@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – lianabarcelosporto@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior tem avançado nas últimas décadas, impulsionada por políticas públicas e pela mobilização social em torno do direito à educação para todos. Afinal, o direito de acesso a uma educação de qualidade constitui-se em direito fundamental, sendo condição indispensável à promoção da dignidade humana (AMORIM; SARDINHA 2021). Tal direito está assegurado pela Constituição Federal de 1988, que estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, visando o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para a cidadania. Em consonância com a Constituição, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) regulamenta esse direito, determinando em seus artigos 27 e seguintes que instituições de ensino, públicas e privadas, adotem práticas inclusivas, promovendo acessibilidade, fornecendo recursos de apoio e garantindo a participação plena e efetiva das pessoas com deficiência no ambiente acadêmico, de modo a assegurar igualdade de oportunidades e eliminar barreiras que impeçam seu acesso e permanência na educação superior.

No entanto, para garantir a permanência e o sucesso acadêmico desses alunos com deficiência, é preciso adotar práticas que objetivem a eliminação dessas barreiras. As dificuldades enfrentadas no âmbito universitário, interligam-se a diversos fatores, como barreiras pedagógicas, estruturais, comunicacionais e atitudinais, e continuam a dificultar o pleno aproveitamento das experiências universitárias por parte dessa população (SASSAKI, 2005).

Nesse contexto, as tutorias acadêmicas idealizadas pela COACE - Coordenadoria de Acessibilidade e Inclusão, que contam com 40 tutores e atendem 366 estudantes com deficiência, possuem grande relevância. Essas ações reforçam o compromisso institucional com a equidade e a democratização do conhecimento no ensino superior. Tais tutorias, são desenvolvidas por meio de encontros regulares e sistemáticos entre tutores e estudantes, surgindo como uma estratégia potentes de apoio pedagógico e emocional. Esses espaços de acompanhamento individualizado não apenas colaboram para o desenvolvimento acadêmico do estudante atendido, mas também constituem oportunidades de aprendizado e crescimento para os próprios tutores, que são desafiados a repensar práticas, exercitar a empatia e desenvolver uma postura mais crítica e inclusiva em relação à diversidade.

A presente pesquisa tem como objetivo relatar a experiência vivenciada em tutorias acadêmicas com estudantes com deficiência no ensino superior, destacando os impactos dessa prática tanto para os estudantes acompanhados

quanto para os tutores envolvidos. Além disso, busca-se compreender de que forma a acessibilidade atitudinal — compreendida como a superação de barreiras comportamentais, preconceitos e estigmas — atua como elemento central na promoção da permanência desses estudantes e na construção de uma cultura universitária mais inclusiva (SASSAKI, 2005).

Justifica-se a investigação pelo contexto atual de transição das universidades rumo a modelos educacionais mais inclusivos, nos quais o papel da tutoria emerge como um mecanismo articulador entre políticas institucionais e experiências individuais. A relevância do tema reside na urgência de consolidar práticas institucionais que garantam não apenas o ingresso, mas a efetiva inclusão e permanência de estudantes com deficiência na universidade. A evasão ainda é uma realidade preocupante entre esses estudantes, muitas vezes motivada não pela deficiência em si, mas pela falta de apoio, compreensão e adaptações razoáveis no ambiente acadêmico (GONÇALVES, MONTEIRO, 2020). Nesse sentido, a tutoria se destaca como um recurso acessível e humanizador, capaz de fortalecer vínculos, promover autonomia e estimular o sentimento de pertencimento à comunidade universitária.

A acessibilidade atitudinal, corrobora ainda mais nesse sentido, atuando como a base sobre a qual as demais formas de acessibilidade (física, comunicacional, metodológica, entre outras) devem se apoiar. Para Sasaki (2005), a atitude das pessoas é, muitas vezes, a barreira mais difícil de ser transposta — e, ao mesmo tempo, a mais transformadora quando superada. Vivenciar tutorias com estudantes com deficiência permite a construção de um espaço relacional em que as diferenças são respeitadas e valorizadas, onde a escuta ativa, o diálogo e a cooperação funcionam como pilares de uma educação verdadeiramente inclusiva. Na-se possível perceber que a experiência de inclusão é construída no encontro, na escuta ativa, no respeito às singularidades e na disposição de aprender com o outro.

2. ATIVIDADES REALIZADAS

As principais atividades propostas e executadas durante a tutoria foram:

- **Revisão de conteúdo acadêmico:** Os encontros incluíam a retomada dos principais conteúdos ministrados nas disciplinas do curso, com foco nas dificuldades relatadas pelos estudantes. A linguagem era adaptada conforme as necessidades cognitivas e sensoriais de cada aluno, garantindo uma mediação eficaz da aprendizagem.
- **Elaboração de mapas de estudo:** Em conjunto com o estudante, era organizado um planejamento de estudos, com a criação de mapas mentais, cronogramas e listas de prioridades para avaliação e organização do tempo. Essa prática tinha como objetivo promover maior autonomia do estudante.
- **Leitura de provas e textos acadêmicos:** Em casos de estudantes com deficiência visual ou dificuldades de leitura, era oportunizado a atuação da tutora como ledora, realizando a leitura de provas, textos e outros materiais, respeitando a velocidade, a entonação e as pausas necessárias para uma compreensão adequada.
- **Escuta ativa e mediação empática:** Um aspecto central da tutoria foi o trabalho com a escuta ativa, respeitosa e acolhedora, muitas vezes atuando como espaço de desabafo e apoio emocional. Em diversas

situações, os tutores também exerceram papel de “mediadores de conflitos”, em questões pessoais ou sociais que impactam diretamente o rendimento e a permanência dos estudantes.

O processo de tutorias desenvolveu-se em diferentes etapas articuladas: nos primeiros encontros, realizou-se uma escuta inicial voltada à identificação das barreiras enfrentadas pelos estudantes, das disciplinas que apresentavam maior dificuldade e das demandas específicas relacionadas à deficiência. A partir dessa análise, foi elaborado um plano de ação personalizado, respeitando o ritmo e a realidade de cada aluno. Os encontros aconteceram semanalmente, de forma presencial, possibilitando a avaliação constante dos avanços, das dificuldades e dos ajustes necessários nas estratégias de acompanhamento. Esse acompanhamento contínuo e flexível permitiu que a tutoria se adaptasse às transformações do percurso acadêmico do estudante, promovendo intervenções mais eficazes e responsivas. Todo o processo foi registrado em relatórios semanais, garantindo a avaliação contínua dos resultados e fornecendo subsídios qualificados à equipe da COACE.

A metodologia adotada foi qualitativa e relato de experiência, com base em um estudo de caso, uma vez que se buscou compreender de maneira aprofundada a realidade de cada estudante. A prática foi embasada em princípios da educação inclusiva (MANTOAN, 2003), na abordagem da mediação pedagógica (VYGOTSKY, 1998), e nos fundamentos da acessibilidade atitudinal (SASSAKI, 2005), que orientam a construção de ambientes educacionais mais humanos e capazes de acolher e valorizar as diferenças.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As tutorias acadêmicas para estudantes com deficiência no ensino superior mostraram impactos positivos tanto para os alunos quanto para os tutores. Os encontros semanais criaram um espaço acolhedor que fortaleceu o aprendizado, a autonomia e o senso de pertencimento, além de reduzir barreiras atitudinais por meio da escuta ativa e da empatia. Para os tutores, a experiência promoveu crescimento pessoal e profissional, desenvolvendo uma postura mais crítica e inclusiva.

Contudo, persistem desafios como a falta de preparo institucional, materiais acessíveis insuficientes e resistência docente, indicando a necessidade de políticas mais robustas e formação continuada. A tutoria se revelou essencial para a permanência estudantil e deve ser ampliada e integrada a outros setores de apoio. Recomenda-se, ainda, o investimento em estratégias intersetoriais que envolvam docentes, técnicos e gestores, de forma a consolidar uma rede de apoio mais articulada e eficaz. Futuras pesquisas devem analisar diferentes modelos de tutoria, seus impactos de longo prazo e programas para a formação dos tutores. Conclui-se que a verdadeira inclusão não se limita à presença física do estudante com deficiência nas salas de aula, mas se concretiza nas relações estabelecidas, nos vínculos construídos e no reconhecimento legítimo das suas potencialidades. A inclusão depende menos de recursos materiais e mais de relações humanas baseadas em acolhimento e respeito.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Rosendo Freitas de; SARDINHA, Cristiano de Lima Vaz. **A Educação para a cidadania como instrumento transformador da sociedade brasileira.** REVISTA DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS (UNIFAFIBE), vol. 9, n. 1, p. 647- 670, 2021. ISSN: 2318-5732. Disponível em: <https://www.unifafibe.com.br/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/index>. Acesso em: 10 ago. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 22 ago. 2025.

GONÇALVES, Roberta Duarte; MONTEIRO, Débora do Amaral. **A Democratização do Ensino Superior e os Desafios do Acesso e Permanência de Estudantes com Deficiência na Licenciatura em Educação do Campo.** Linguagens, Educação e Sociedade - LES, [S. l.], n. 44, p. 70–89, 2020. DOI: 10.26694/les.v0i44.9724. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/1064> . Acesso em: 25 ago. 2025.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** 1. ed. São Paulo: Moderna, 2003.
SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão:** o paradigma do século 21. Revista Inclusão: Revista da Educação Especial. ano I, n.1, p.19-23, out., 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf> Acesso em: 18 ago. 2025.

VYGOTSKY, L.S. **A Formação Social da Mente.** 6ª ed. São Paulo, SP. Martins Fontes Editora LTDA, 1998.